

PANDEMIA

Proteção Cálculo foi feito no pressuposto de que as defesas contra o novo coronavírus seriam totais. Sabe-se agora que não são e que as infeções vão continuar, para sempre mas sem gravidade. Maio é decisivo

Vacinar 70% não garante imunidade

VERA LÚCIA ARREIGOSO

Imunidade de grupo contra o coronavírus pandémico não deverá ser alcançável quando 70% da população estiver vacinada. A comunidade científica baseou o cálculo na convicção de que as pessoas expostas ao vírus ficariam protegidas e incapazes de transmissão, mas os dados atuais revelam o contrário. Quem foi inoculado ou teve covid continua sob o risco de ser infetado e de contagiar outros. “É uma ilusão e devemos esquecer a ideia da imunidade de grupo porque até pode nem ser possível”, afirma o epidemiologista Manuel Carmo Gomes.

Dedicado aos modelos biomatemáticos de transmissão de doenças, o investigador da Faculdade de Ciências de Lisboa atribui o erro nas contas da imunidade populacional ao risco zero que, afinal, não existe. “Os 70% foram calculados para uma imunidade assética, mas o facto de as pessoas vacinadas, ou que tiveram covid, continuarem a poder ter e transmitir a doença implica que a percentagem de protegidos tenha de ser maior. Ainda não se sabe qual é esse risco — zero já sabemos que não é — e que vai levar os 70% para cima, no limite além de 100% e impossível de conseguir.”

A Manuel Carmo Gomes juntam-se outros peritos nacionais e até o diretor do Instituto Nacional de Alergias e Doenças Infecciosas dos Estados Unidos, Anthony Fauci, já diz ter existido algum otimismo inicial sobre a imunidade, adquirida pela vacina ou natural pela infeção, subindo a fasquia para 75% a 80% da população a proteger. “A ideia de imunidade de grupo com 70% é simplista face ao que sabemos hoje. Esse valor foi calculado com base na capacidade de transmissão do vírus e aumenta a necessidade de proteger mais pessoas se for mais transmissível, como parecem ser as novas variantes”, sublinha Miguel Castanho, investigador do Instituto de Medicina Molecular (IMM) de Lisboa. “No Brasil, por exemplo, o número de reinfeções disparou, o que indica que as pessoas não ganharam uma imunidade completa”, explica o bioquímico.

Raquel Guiomar, virologista e responsável pelo Laboratório de Referência para a Gripe e Outros Vírus Respiratórios do Instituto Ricardo Jorge (INSA), sublinha a necessidade de

deixar claro que estes agentes infecciosos — ao invés de outros em que a doença ou a vacina protegem para a vida, como o sarampo ou grande parte das infeções da infância — conferem uma imunidade “temporária e dinâmica”. Na prática, “não parece ser possível a eliminação do vírus, além de uma eliminação temporária em contextos circunscritos”, acrescenta Ana Paula Rodrigues, coordenadora do Inquérito Serológico Nacional Covid-19 em curso no INSA.

A ausência de imunidade de grupo assética não impede, ainda assim, que exista proteção contra o vírus. Existe e tudo indica que é como a que conhecemos para a gripe, por algum tempo e com necessidade renovação. “A memória imunitária nas infeções respiratórias é uma mais-valia para evitar e proteger contra a doença grave, não excluindo a necessidade de poderem ser considerados reforços vacinais ao longo do tempo que funcionarão como um boost da resposta imunitária”, explica a virologista.

Na prática, “à medida que o número de pessoas imunes contra o SARS-CoV-2 vai aumentando, reduz-se o risco de transmissão de infeção mesmo para as pessoas suscetíveis, pois reduz-se a probabilidade de contacto com indivíduos infecciosos, no entanto esta imunidade não pode ser entendida como concorrente para a eliminação da circulação do agente infeccioso, como acontece noutras infeções”, resume Ana Paula Rodrigues. Por outras palavras, o vírus está instalado, não vai desaparecer e as vacinas são essenciais para evitar infeções graves ou mortais, reduzir o risco de infeção na comunidade e, assim, a sobrecarga dos serviços de saúde. Não é um escudo para a vida, mas é a forma de a manter para a maioria da população.

A estratégia nacional para a vacinação pandémica prevê que 70% dos portugueses estejam imunizados até agosto. “O que importa é saber se vamos ter a imunidade que interessa, ou seja, que nos 70% estão todos os portugueses para quem a infeção é mais perigosa, deixando o vírus circular nos 30% que não tem doença grave, contribuindo para um equilíbrio, porque a tendência é de que o vírus de torne endémico e passe a viver connosco”, afirma Miguel Prudêncio, investigador do IMM dedicado à área das vacinas.

UNIVERSITÁRIOS SEM VACINA ATRASAM REGRESSO À NORMALIDADE

Mas deixar um terço da população saudável, todos com menos de 30 anos, por vacinar — no último trimestre do ano segundo o plano aprovado — pode adiar a desejada transição do vírus de epidémico para endémico no país. Ou seja, o regresso à normalidade. “Se tivermos o grosso da população universitária, com grande mobilidade e contacto social, por vacinar, vai manter-se a transmissão, com a ocorrência de surtos, e um comportamento epidémico do vírus”, alerta o imunologista e membro da Comissão Técnica para a Vacinação Covid-19 da Direção-Geral da Saúde, Luís Graça.

A primeira prova de fogo é já no próximo mês. “Maio vai ser decisivo porque é previsível um ressurgimento de mais casos por efeito do desconfinamento do ensino secundário e universitário, centros comerciais e restaurantes. No entanto, não deverá ser grave como no passado porque vamos ter as pessoas mais frágeis já com proteção pela vacina”, diz Carmo

Gomes. Se correr bem, “em setembro ou outubro teremos um vírus a caminhar para endémico e nós para a normalidade”.

Pedro Simas, virologista do IMM, está convicto de que a meta está próxima. “Israel tem 60% da população vacinada, com duas doses, e estão protegidos, já nem usam máscara. Portanto, também estaremos. Mas falar em imunidade de grupo nesta doença é falar numa proteção dinâmica, que tem de fazer-se sempre.” Isto é, “a continuidade da imunidade da população não vai depender da vacinação contínua mas sim da presença endémica do vírus”, escreveu num artigo recente na revista científica “Nature Reviews in Immunology”.

“Acredito que antes de setembro já teremos o vírus endémico na Europa, em equilíbrio com a espécie humana”, diz Pedro Simas. E a sê-lo, “o SARS-CoV-2 tornar-se-á o 5.º vírus respiratório endémico comum, provocando infeções grandemente assintomáticas”.

INOCULAÇÕES

26,8

milhões de doses estão neste momento contratualizadas por Portugal para entrega este ano

23

de maio é a data em que estarão vacinados todos os portugueses com 60 ou mais anos de idade

1

de agosto marcará o fim da vacinação da população dos 40 aos 59 anos; e até setembro será a vez do grupo entre os 30 e os 39 anos

6,6

milhões de doses ficam para outubro/dezembro para os 3 milhões de portugueses dos 0 aos 29 anos que poderão vir a ser vacinados